

## Escutas ilegais nos Estados Unidos questionam autoridade presidencial

---

A maior parte da espionagem realizada a nível interno pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA, na sigla em inglês), após os atentados de 11 de Setembro de 2001, foi improdutivo e levou o FBI (a polícia federal americana) a resultados inconclusivos ou à detenção de cidadãos inocentes, revela recentemente o jornal New York Times.

Além disso, a monitorização das chamadas telefónicas internacionais e das mensagens de computador realizadas para detectar eventuais suspeitos de terrorismo no exterior, geraram uma quantidade de informação que o FBI não consegue gerir, revelaram funcionários desta agência àquele jornal.

Alguns deles disseram inclusivamente que este tipo de controlo representava, muitas vezes, uma intrusão sem sentido à privacidade dos americanos. O director do FBI, Robert Mueller, chegou ele próprio a questionar a legalidade do programa de escutas sem ordem judicial, que acabou por ser avaliado legalmente pelo Departamento de Justiça.

A revelação feita pelo New York Times, em Dezembro, de que a administração Bush havia autorizado a monitorização de comunicações internacionais por parte de agências policiais americanas, sem aprovação de um tribunal, gerou um debate sobre os poderes presidenciais e sobre se as liberdades civis têm ou não sido sacrificadas na guerra contra o terrorismo promovido pela Casa Branca.

George Bush tem insistido, de forma repetida, que tem autoridade para ordenar a espionagem doméstica sem ordens judiciais com o fim de proteger os americanos, tendo o vice-presidente, Dick Cheney, chegado a afirmar que o programa "salvou milhares de vidas".

Alguns legisladores reclamaram já uma investigação independente sobre a autoridade legal do presidente para ordenar este tipo de medidas, ao mesmo tempo em que o Governo Bush está mais preocupado em saber quem revelou à imprensa o polémico programa de escutas telefónicas.